



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3426

**Sobre equipamento do Parque Eólico do Alto da Coutada e
Salgueiros-Guilhado**



Título: Relatório de Consulta Pública AIA3426
**Sobre equipamento do Parque Eólico do Alto da Coutada e
Salgueiros-Guilhado**

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Maria Clara Sintrão

Data: Outubro de 2021

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. O PROJETO.....	4
3. LOCALIZAÇÃO	4
4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	4
5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA	4
6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO	5
7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	5
8. SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	5

ANEXO I

Localização do Projeto

ANEXO II

Exposições recebidas

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 152-B/2017, de 11 de Dezembro, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projeto **Sobre equipamento do Parque Eólico do Alto da Coutada e Salgueiros-Guilhado**, em fase de projeto de execução.

O proponente deste projeto é a Eólica dos Altos de Salgueiros-Guilhado, S.A. e a entidade licenciadora a DGEG – Direção-geral de Energia e Geologia.

2. O PROJETO

O Projeto tem por objetivo a produção de energia elétrica a partir de uma fonte renovável - o vento, visando a instalação de potência adicional que se traduzirá num aumento da produção anual de energia, assim como, num maior aproveitamento da produtividade das instalações existentes.

3. LOCALIZAÇÃO

O Projeto localiza-se no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública decorreu durante 30 dias úteis, de 1 de setembro a 13 de outubro de 2021.

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Norte e na câmara municipal de Vila Pouca de Aguiar;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na internet no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a diversas entidades.

7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foi recebido um parecer proveniente de Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

8. SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

A **Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar** considera que os territórios afetados com os inerentes encargos de exploração deverão ser ressarcidos dos impactes decorrentes da implantação do projeto através de medidas de compensação, de cariz socioeconómico.



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Maria Clara Sintrão